

Acordo para dívida trará mais impostos

O Governo terá de aumentar a tributação ou promover novos cortes de despesas no orçamento de 1989 para compensar a perda de receita provocada pela diminuição da exigência de pagamento de 25% das dívidas externas dos Estados e municípios já vencidas ou a vencer no próximo ano, anunciou o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, ao deixar o Congresso, após seu longo depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.

“Cada centavo a menos que os governadores estaduais pagarem significa um centavo a mais de gasto nos Estados. Esse centavo a mais terá de ser coberto com aumento na tributação ou redução outra despesa prevista no orçamento da União”, disse o ministro. Ele deixou bem clara sua posição contrária ao recuo no Governo em relação a exigência inicial de rolagem de 75% das dívidas externas dos Estados e municípios. “A melhor proposta é a que está no orçamento encaminhado ao Congresso”, afirmou em tom incisivo.

A dura postura exibida pelo ministro da Fazenda em relação a

questão da rolagem das dívidas externas de responsabilidade dos Estados e municípios contrastou nitidamente com a sua posição mais flexível em relação a outros pontos igualmente essenciais do plano governamental de ajuste fiscal. Ao debater o assunto com os parlamentares, ele admitiu a procedência dos questionamentos manifestados pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) sobre a viabilidade e a legalidade dos projetos de elevação de arrecadação incluídos no pacote fiscal. O ex-ministro da Fazenda levantou dúvidas sobre a viabilidade de aumento de Cz\$ 1,1 trilhão na arrecadação em 1989 em decorrência da cobrança de dívidas ativas já vencidas (Cz\$ 300 bilhões) e intensificação da fiscalização (Cz\$ 800 bilhões). “São números muito otimistas”, advertiu Dornelles. “Vamos ver esse caso com alguma precaução”, respondeu Maílson, depois de avaliar que as projeções de grande aumento de receita com o aumento da fiscalização e cobrança de dívidas vencidas haviam sido feitas com base em estudos e hipóteses formuladas pela Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria Geral da República.